



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos de

Analista Judiciário

Área Judiciária / Administrativa



Prova Cargo 001, Tipo 1

000000000000000000

00001-001-001

Nº de Inscrição

MODELO

P R O V A

Língua Portuguesa
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.

Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.

Não serão aceitas reclamações posteriores.

- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, fazendo um traço bem forte no quadrinho que aparece abaixo dessa letra.

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3h30min para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Setembro/2004

LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

A sociedade humana, tal como se acha organizada, não é una, nem uniforme e nem está, em seu conjunto, no mesmo estágio de desenvolvimento.

Nela coexistem, pois, diferentes comunidades, estabelecidas e organizadas de conformidade com objetivos e interesses específicos. Tais comunidades (nacionais, regionais, municipais e institucionais, por exemplo), relacionam-se necessariamente umas com as outras, direta ou indiretamente. Conforme o caso, intercambiam produtos, idéias, cultura, arte, costumes, tecnologia, conhecimentos e experiências diversas, além do que mais existe, compõe e constitui a sociedade humana e a natureza.

No plano internacional, esse intercâmbio permanente e incessante ocorre num quadro extremamente variado, composto de especializações, singularidades e discrepante e injusto grau de desenvolvimento. Essas diversidades, aliás ligadas à necessidade de troca e obtenção de determinados produtos, constituem a causa da ocorrência e intensificação do relacionamento intercomunitário. Pelas mesmas razões (e também por outras que ora não vêm a pêlo), implicam a prevalência ou quando não o domínio puro e simples de umas comunidades sobre outras, obliterando-lhes, parcial e às vezes totalmente, os espaços de e para um desenvolvimento autônomo e independente.

(Guido Bilarinho. Revista **Dimensão**, ano V, n. 9. p. 3-4)

1. O texto

- (A) enfatiza o cultivo das ações propulsoras do desenvolvimento autônomo e independente.
- (B) aponta as desvantagens decorrentes de um grau injusto de desenvolvimento das comunidades.
- (C) critica o processo organizacional deficitário das comunidades em geral.
- (D) tece considerações sobre a maneira como se organiza a sociedade humana.
- (E) condena os meios modernos de supremacia no relacionamento intercomunitário.

2. O texto

- (A) atribui ao intercâmbio permanente a fonte de progresso das comunidades.
- (B) acentua a exploração econômico-financeira como canal de dominação.
- (C) afirma a inexistência de igualdade nas comunidades da sociedade humana.
- (D) condiciona o relacionamento intercomunitário à mudança de organização da sociedade.
- (E) associa o intercâmbio permanente ao injusto grau de desenvolvimento social.

3. De acordo com o texto, as diferentes comunidades na sociedade humana

- (A) ajustam-se às peculiaridades da natureza.
- (B) permutam benefícios de natureza diversa.
- (C) repudiam o relacionamento intercomunitário.
- (D) manifestam-se no mesmo nível de desenvolvimento.
- (E) caracterizam-se por traços homogêneos.

4. Entre o primeiro e o segundo parágrafo do texto, há uma relação de

- (A) concessão.
- (B) condição.
- (C) adição.
- (D) finalidade.
- (E) causa e consequência.

5. A substituição da expressão sublinhada em ... *implicam a prevalência ou quando não o domínio de umas comunidades sobre outras...* mantém o sentido original em:

- (A) senão.
- (B) aliás.
- (C) ainda.
- (D) também.
- (E) assim.

6. Na relação entre o vocabulário e os efeitos de sentido do texto, os termos (do 3º parágrafo), *discrepante, prevalência, obliterar* estão correta e respectivamente substituídos por

- (A) diferente - predominância - esquecer.
- (B) atenuante - preferência - encurtar.
- (C) dissonante - predominância - oferecer.
- (D) díspar - supremacia - extinguir.
- (E) intenso - preferência - invalidar.

7. A substituição da expressão sublinhada em ... *relacionam-se necessariamente umas com as outras...* mantém o sentido original em:

- (A) as outras.
- (B) para com as outras.
- (C) pelas outras.
- (D) das outras.
- (E) às outras.

8. Os parênteses em (*e também por outras que ora não vêm a pêlo*)

- (A) separam uma indicação de ordem explicativa.
- (B) ilustram com exemplo uma regra geral.
- (C) adicionam uma informação não explicitada.
- (D) incluem um dado necessário ao conjunto do texto.
- (E) esclarecem um ponto de vista.

9. Em ... *os espaços para um desenvolvimento...*, a ligação da preposição com o termo *desenvolvimento* traduz idéia de

- (A) finalidade.
- (B) qualidade.
- (C) proximidade.
- (D) limitação.
- (E) quantidade.

10. O segmento ... *num quadro extremamente variado...* está INCORRETAMENTE completado em:

- (A) no qual ocorre um intercâmbio permanente.
- (B) onde ocorre um intercâmbio permanente.
- (C) em cujo âmbito ocorre um intercâmbio permanente.
- (D) em que ocorre um intercâmbio permanente.
- (E) de cujo âmbito ocorre um intercâmbio permanente.

Atenção: As questões de números 11 a 20 referem-se ao texto que segue.

Há íntima relação entre a discussão e o método científico. As atitudes que levam ao comportamento construtivo na pesquisa científica aplicam-se também à discussão.

Essas atitudes podem ora ser consideradas como uma orientação geral, ora como disposição de adotar certas perspectivas das várias situações. Realizam-se na disposição de investigar qualquer problema pelo método objetivo, impessoal, sempre que necessário. Da mesma forma, realizam-se numa correspondente disposição de modificar concepções, desde que as informações recebidas aconselhem essa reconsideração.

A relação entre a discussão e o método científico efetiva-se ainda na cautela ao tirar conclusões, ou seja, no limitar as conclusões às informações disponíveis, bem como no reconhecimento da possibilidade de fontes de erro, como preconceito e informações insuficientes.

É preciso também evitar aparências enganosas de exatidão, tais como muitas frações decimais em números, quando outros fatores na situação tornam sem importância essa minúcia.

O bom relatório científico não representa nem mais nem menos do que a veracidade legítima das conclusões que expõe. O orador na discussão fará bem em procurar imitar esse tipo de relatório.

(James Mcburney. **Argumentação e Debate**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1970. p. 74)

11. De acordo com o texto,

- (A) o comportamento construtivo na pesquisa científica subordina-se invariavelmente ao processo de discussão.
- (B) tanto no contexto da pesquisa científica quanto no da discussão, cabe a ênfase na integridade do trabalho como garantia da exatidão.
- (C) da relação entre a discussão e o método científico resulta a possibilidade de resolver qualquer problema pelo método objetivo.
- (D) a variedade de situações determina a adoção de métodos que garantam a eficácia da pesquisa científica bem como da discussão.
- (E) as aparências enganosas apresentam-se como minúcias a serem valorizadas na aplicação do método científico.

12. Ainda de acordo com o texto,

- (A) há uma correspondência entre a objetividade na investigação científica e a disponibilidade para alteração de pontos de vista na discussão.
- (B) o êxito da atividade da discussão depende do número e da exatidão das informações recebidas de um público interessado no processo.
- (C) preconceitos e informações insuficientes representam-se como empecilho à disposição de modificar concepções.
- (D) sem a adoção de certas perspectivas das várias situações, torna-se inviável a correspondência entre discussão e método científico.
- (E) há necessidade de sintonização entre a matéria discutida e os resultados esperados pelos participantes da discussão.

13. Considere as seguintes afirmações:

- I. São inevitáveis, seja no processo da discussão, seja na atividade da pesquisa científica, fontes de erros, tais como preconceitos e informações insuficientes.
- II. A validade das conclusões, tanto na discussão quanto na pesquisa científica, mede-se pelo equilíbrio entre as mesmas conclusões e as informações trabalhadas para se chegar até elas.
- III. A veracidade das conclusões expostas pelo bom relatório científico abre margem para outras várias indagações acerca da validade do método científico.

Está de acordo com o texto SOMENTE o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

14. No texto, a expressão ...*aparências enganosas de exatidão...* indica

- (A) a negação de atitudes que levam ao comportamento construtivo na pesquisa científica.
- (B) o funcionamento precário que envolve a relação entre discussão e método científico.
- (C) a possível precipitação de conclusões decorrentes da pesquisa científica.
- (D) a possibilidade de utilização de dados inexatos no processamento da pesquisa científica.
- (E) a ocorrência de falhas provindas de pouca objetividade na discussão e na pesquisa.

<p>15. No texto, o segmento ... <i>podem ora ser consideradas como orientação geral, ora como disposição...</i> expressa idéias de ações</p> <p>(A) opostas. (B) repetidas. (C) alternadas. (D) simultâneas. (E) concomitantes.</p>	<p style="text-align: center;">CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</p> <p>21. A Constituição Federal Brasileira prevê o Direito de Reunião, segundo o qual todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público,</p> <p>(A) independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente.</p> <p>(B) desde que previamente autorizados pelo Poder Público e não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.</p> <p>(C) independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, não sendo exigido prévio aviso a qualquer autoridade.</p> <p>(D) independentemente de autorização, frustrando ou não outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, não sendo exigido prévio aviso a qualquer autoridade.</p> <p>(E) desde que autorizados previamente pelo Poder Público, frustrando ou não outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local.</p>
<p>16. Reestruturando-se o penúltimo período do texto, NÃO se mantém o sentido original em:</p> <p>(A) O bom relatório científico não representa toda a veracidade legítima das conclusões que expõe.</p> <p>(B) O bom relatório científico representa apenas a veracidade legítima das conclusões que expõe.</p> <p>(C) O bom relatório científico limita-se à representação da veracidade legítima das conclusões que expõe.</p> <p>(D) O bom relatório científico representa nada mais nada menos do que a veracidade legítima das conclusões que expõe.</p> <p>(E) A veracidade legítima das conclusões que expõe é representada pelo bom relatório científico.</p>	
<p>17. Substituindo-se por um pronome a expressão sublinhada na frase ... <i>desde que as informações recebidas aconselhem essa reconsideração</i>, obtém-se a forma</p> <p>(A) aconselhem-a. (B) aconselhem-lhe. (C) aconselhem-lh'a. (D) aconselhem-na. (E) aconselhem-la.</p>	<p>22. Um dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, é</p> <p>(A) o seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário ou involuntário.</p> <p>(B) a proteção em face da automação, na forma estabelecida em lei.</p> <p>(C) o repouso semanal remunerado, obrigatoriamente aos domingos.</p> <p>(D) a licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com duração de 90 (noventa) dias.</p> <p>(E) a proibição de distinção entre trabalho manual e técnico, permitida a distinção para o trabalho intelectual.</p>
<p>18. Na frase: ... <i>desde que as informações recebidas...</i>, altera-se o sentido original, substituindo-se a expressão sublinhada por</p> <p>(A) contanto que. (B) uma vez que. (C) a menos que. (D) caso. (E) se.</p>	<p>23. Mário, jogador profissional de futebol, residente em Estado estrangeiro, recebeu uma intimação desse Estado exigindo que se naturalizasse, como condição de permanência em seu território. Mário, sentindo-se coagido e não tendo alternativa, visto que depende economicamente do seu trabalho, naturalizou-se. Nesse caso, Mário</p> <p>(A) perderá a nacionalidade brasileira através de Decreto Presidencial, com efeitos retroativos.</p> <p>(B) perderá a nacionalidade brasileira através de um procedimento administrativo no Ministério da Justiça, sem efeitos retroativos.</p> <p>(C) não perderá a nacionalidade brasileira e permanecerá com dupla nacionalidade.</p> <p>(D) só perderá a nacionalidade brasileira através de procedimento judicial, que, transitado em julgado, não terá efeitos retroativos.</p> <p>(E) só perderá a nacionalidade brasileira através de procedimento judicial, que, transitado em julgado, terá efeitos retroativos.</p>
<p>19. É preciso limitar as conclusões poucas informações e discussões referentes pesquisa.</p> <p>Para completar corretamente a frase as lacunas deverão ser preenchidas, respectivamente, por:</p> <p>(A) à - as - à (B) a - às - à (C) a - às - a (D) à - às - à (E) a - as - a</p> <p>20. ...<i>as aparências enganosas de exatidão</i>.</p> <p>Preenche-se corretamente a lacuna por:</p> <p>(A) Deve ser evitado (B) Deve serem evitadas (C) Deve ser evitadas (D) Devem ser evitado (E) Devem ser evitadas</p>	

<p>24. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei</p> <p>(A) federal, dentro do perímetro determinado por lei complementar estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.</p> <p>(B) estadual, dentro do perímetro determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.</p> <p>(C) federal, dentro do perímetro determinado por lei complementar municipal, não dependendo de consulta prévia às populações dos Municípios envolvidos, desde que haja autorização do Congresso Nacional, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.</p> <p>(D) estadual, dentro do perímetro determinado por lei complementar estadual, não dependendo de consulta prévia às populações dos Municípios envolvidos, desde que haja autorização do Congresso Nacional, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.</p> <p>(E) federal, dentro do perímetro determinado por lei complementar estadual, não dependendo de consulta prévia às populações dos Municípios envolvidos, desde que haja autorização do Congresso Nacional, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.</p>	<p>27. Considere as afirmativas:</p> <p>I. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.</p> <p>II. Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assuntos de relevância de seu Ministério.</p> <p>III. As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informação aos Ministros de Estado, podendo estes recusarem ou não atenderem quando se tratar de questão relacionada à segurança nacional.</p> <p>Está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>25. Mesmo havendo compatibilidade de horários, é proibida a acumulação de</p> <p>(A) dois cargos públicos privativos de enfermeiros.</p> <p>(B) dois cargos públicos de professor.</p> <p>(C) um cargo público de professor com outro técnico.</p> <p>(D) um cargo público de professor com outro científico.</p> <p>(E) dois cargos públicos científicos.</p>	<p>28. Quanto às emendas constitucionais, pode-se afirmar que</p> <p>(A) serão promulgadas pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.</p> <p>(B) a Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de um terço das Assembléias Legislativas das Unidades da Federação.</p> <p>(C) a Constituição Federal poderá ser emendada até mesmo na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio.</p> <p>(D) é passível de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado.</p> <p>(E) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.</p>
<p>26. Com relação aos Servidores Públicos Civis é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Declarada a desnecessidade do cargo, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo.</p> <p>(B) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.</p> <p>(C) Invalidada por sentença judicial a demissão de servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização.</p> <p>(D) Extinto o cargo, o servidor estável será exonerado, sendo-lhe garantidos todas as verbas e direitos previstos na Constituição Federal e na Legislação Infraconstitucional.</p> <p>(E) Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade.</p>	<p>29. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo</p> <p>(A) Tribunal de Contas da União, mediante controle externo e interno, com o auxílio do Congresso Nacional.</p> <p>(B) Tribunal de Contas da União, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.</p> <p>(C) Senado Federal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.</p> <p>(D) Tribunal de Contas da União, mediante controle externo e interno, com o auxílio dos Tribunais de Contas de cada Estado.</p> <p>(E) Congresso Nacional com auxílio do Tribunal de Contas da União, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.</p>

<p>30. A Ação Declaratória de Constitucionalidade NÃO poderá ser proposta</p> <p>(A) pela Mesa do Senado Federal. (B) pelo Presidente da República. (C) pela Mesa de Assembléia Legislativa. (D) pelo Procurador-Geral da República. (E) pela Mesa da Câmara dos Deputados.</p>	<p>34. A inexecução do contrato administrativo poderá acarretar, dentre outras situações,</p> <p>(A) a aplicação de penalidade administrativa contra a Administração Pública, consistente em advertência e suspensão temporária de licitar e contratar. (B) a responsabilidade contratual do inadimplente quando este for o particular, não se aplicando à Administração Pública em razão da supremacia do Poder Público. (C) a penalização da Administração Pública, em juízo ou fora dele, esteja a hipótese prevista ou não na lei, edital ou contrato. (D) conseqüências de natureza civil, administrativa e contratual para o inadimplente se este for o particular. (E) a responsabilidade civil, administrativa e penal só se o inadimplente for a Administração Pública.</p>
<p>31. O Ministério Público é instituição</p> <p>(A) transitória, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis. (B) permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. (C) transitória, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. (D) permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do pluralismo político, da forma federativa, da separação dos poderes e dos interesses sociais e individuais disponíveis. (E) transitória, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do pluralismo político, da forma federativa, da separação dos poderes e dos interesses sociais e individuais disponíveis.</p>	<p>35. No que diz respeito aos princípios da licitação, considere:</p> <p>I. A decisão das propostas há de ser feita de acordo com o critério fixado no edital, adotando-se o princípio do julgamento subjetivo. II. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é dirigido tanto à Administração Pública, como aos licitantes. III. Pelo princípio da adjudicação compulsória, a Administração Pública não pode, concluído o procedimento, atribuir o objeto da licitação a outrem que não seja o vencedor. IV. O princípio da ampla defesa não é cabível no procedimento licitatório em razão do relevante interesse público sobre o particular.</p> <p>Nesses casos, está correto SOMENTE o que se contém em</p> <p>(A) I e II. (B) I e III. (C) II e III. (D) II e IV. (E) III e IV.</p>
<p>32. Com relação à seguridade social, é certo que</p> <p>(A) será financiada, além de outras receitas, com a receita de concursos de prognósticos. (B) os benefícios ou serviços poderão ser criados, majorados ou estendidos com a correspondente fonte de custeio parcial. (C) as receitas dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios destinadas à seguridade social constarão dos respectivos orçamentos, e integrarão o orçamento da União. (D) a pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social não poderá receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, mas poderá celebrar contratos com o Poder Público. (E) a contribuição social do empregador sobre a receita ou faturamento não financia a seguridade social.</p>	<p>36. A exoneração do servidor de cargo em comissão e de cargo efetivo, poderão se dar, respectivamente,</p> <p>(A) a juízo da autoridade competente; e de ofício. (B) após o decurso de 20 (vinte) anos de exercício; e a pedido da chefia imediata. (C) quando não entrar imediatamente em exercício; e desde que tenha decorrido 2 (dois) anos da posse. (D) quando não satisfeitas as condições do estágio probatório; e a juízo da autoridade. (E) por deliberação dos integrantes do respectivo órgão público; e em decorrência da designação para função técnica.</p>
<p>33. No que se refere aos requisitos ou elementos do ato administrativo, é certo afirmar que</p> <p>(A) o motivo é o resultado que a Administração Pública quer alcançar com a prática do ato. (B) a ausência do motivo ou a indicação de um motivo simulado não bastam para invalidar o ato administrativo. (C) o motivo e a motivação se confundem porque têm os mesmos significados e efeitos. (D) a motivação é sempre desnecessária para os atos vinculados e discricionários, e obrigatória para os outros atos. (E) o motivo é o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento ao ato administrativo.</p>	

<p>37. Dentre outras, são características da licença por motivo de afastamento do cônjuge,</p> <p>(A) o deslocamento deste para o exercício de qualquer mandato eletivo e a licença será por prazo determinado.</p> <p>(B) a transferência deste para o exterior e a licença será com ou sem remuneração, conforme dispuser o ato concessivo.</p> <p>(C) o deslocamento deste para o exterior e a licença será com remuneração.</p> <p>(D) a transferência deste para outro órgão público no mesmo Estado e a licença será com remuneração.</p> <p>(E) o deslocamento deste para outro ponto do território nacional e a licença será por prazo indeterminado.</p>	<p>41. A respeito da responsabilidade civil, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Se a ofensa a direito de outrem tiver mais de um autor, cada qual responderá perante a vítima pela reparação do dano causado na proporção correspondente à sua parcela de responsabilidade.</p> <p>(B) O direito de exigir a reparação do dano sofrido por pessoa falecida transmite-se com a herança.</p> <p>(C) O dono de edifício ou construção responde pelos danos que resultarem de sua ruína, se esta provier de falta de reparos, cuja necessidade fosse manifesta.</p> <p>(D) Aquele que habitar prédio, ou parte dele, responde pelo dano proveniente das coisas que dele caírem ou forem lançadas em lugar indevido.</p> <p>(E) Aquele que ressarcir o dano causado por outrem pode reaver o que houver pago daquele por quem pagou, salvo se o causador do dano for descendente seu, absoluta ou relativamente incapaz.</p>
<p>38. Em conformidade com a lei que trata da improbidade administrativa (Lei nº 8.429/92), é correto afirmar que</p> <p>(A) o Ministério Público, se não intervier no processo como parte, poderá atuar facultativamente, como fiscal da lei.</p> <p>(B) o agente público perderá, mas não o terceiro beneficiário, os bens acrescidos ao seu patrimônio, quando for caso de enriquecimento ilícito.</p> <p>(C) a representação para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade é exclusiva do Ministério Público.</p> <p>(D) a aplicação das sanções previstas nesta lei independe de efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público.</p> <p>(E) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público estará sujeito ao ressarcimento do dano, ainda que supere o valor da herança.</p>	<p>42. Considere as afirmativas:</p> <p>I. O negócio jurídico anulável pode ser confirmado pelas partes, salvo direito de terceiro, devendo o ato de confirmação conter a substância do negócio celebrado e a vontade expressa de mantê-lo.</p> <p>II. Anulado o negócio jurídico, restituir-se-ão as partes ao estado em que antes dele se achavam, e, não sendo possível restituí-las, serão indenizadas com o equivalente.</p> <p>III. As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, sendo permitido supri-las a requerimento das partes.</p> <p>IV. Quando a anulabilidade do ato resultar da falta de autorização de terceiro, será validado se este a der posteriormente.</p> <p>Está correto SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I, II e III.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>
<p>39. José pilotava seu helicóptero e comunicou-se com a torre do aeroporto informando que o aparelho estava em chamas e que estava caindo em alto mar. Após 5 (cinco) dias de buscas, nem o corpo de José, nem os destroços do aparelho haviam sido encontrados. Nesse caso, a declaração de morte presumida</p> <p>(A) pode ser requerida antes de esgotadas as buscas e averiguações, por ter o piloto informado que o aparelho em chamas estava caindo em alto mar.</p> <p>(B) só pode ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, mesmo sendo extremamente provável a morte de José.</p> <p>(C) pode ser requerida após 30 (trinta) dias do evento, mesmo que ainda prossigam as buscas e averiguações.</p> <p>(D) não pode ser requerida enquanto não forem localizados os destroços do aparelho.</p> <p>(E) só pode ser requerida após prévia declaração de ausência, por ser possível que José tenha se salvo e se encontre perdido em local ignorado.</p>	<p>43. É correto afirmar:</p> <p>(A) A interrupção da prescrição dar-se-á tantas vezes quantas forem as causas interruptivas que ocorrerem em seu curso.</p> <p>(B) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.</p> <p>(C) A prescrição iniciada contra uma pessoa é interrompida por sua morte e volta a correr contra o seu sucessor.</p> <p>(D) O juiz não pode suprir de ofício a alegação de prescrição, mesmo que favoreça pessoa absolutamente incapaz.</p> <p>(E) A prescrição só pode ser alegada, pela parte a quem aproveita, em primeiro grau de jurisdição.</p>
<p>40. De acordo com o Código Civil brasileiro, quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta, ocorre</p> <p>(A) a coação.</p> <p>(B) o estado de perigo.</p> <p>(C) a lesão.</p> <p>(D) o erro ou a ignorância.</p> <p>(E) a fraude contra credores.</p>	

<p>44. Nas obrigações de não fazer, se praticado pelo devedor o ato, a cuja abstenção se obrigara, o credor</p> <p>(A) pode exigir dele que o desfaça, exclusivamente sob pena de arcar com perdas e danos.</p> <p>(B) não pode exigir dele que o desfaça, mas poderá pleitear o ressarcimento por perdas e danos.</p> <p>(C) pode exigir dele que o desfaça, sob pena de se desfazer à sua custa, mas não cabe ressarcimento por perdas e danos.</p> <p>(D) não pode exigir dele que o desfaça, podendo exigir apenas que não volte a praticar o ato sob pena de arcar com perdas e danos.</p> <p>(E) pode exigir dele que o desfaça, sob pena de se desfazer à sua custa, ressarcindo o culpado por perdas e danos.</p>	<p>47. No que se refere ao mandado de segurança, afirma-se que</p> <p>(A) o prazo decadencial para impetrá-lo é de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da ciência do ato impugnado pelo interessado.</p> <p>(B) a liminar concedida terá eficácia pelo prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias.</p> <p>(C) a autoridade coatora será notificada para prestar informações em até 15 (quinze) dias.</p> <p>(D) caberá apelação da sentença que negar ou conceder a segurança, e agravo de instrumento do despacho que indeferir a inicial.</p> <p>(E) a sentença que negar a segurança está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não podendo ser executada provisoriamente.</p>
<p>45. Com relação à revelia e seus efeitos, analise as proposições que se seguem:</p> <p>I. A revelia não induz a veracidade dos fatos afirmados pelo autor se, havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação.</p> <p>II. Apresentada sua contestação, o réu pode ser declarado revel se, após a morte de seu procurador, não constituir outro no prazo de 20 (vinte) dias.</p> <p>III. Se o autor não apresentar resposta na reconvenção ofertada pelo réu, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo reconvinte.</p> <p>IV. A presunção de veracidade decorrente da revelia é absoluta.</p> <p>São corretas SOMENTE</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) II e III.</p> <p>(C) I, II, e III.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) II, III e IV.</p>	<p>48. Tendo em vista garantir a imparcialidade do juiz, a suspeição</p> <p>(A) será argüida a qualquer tempo ou grau de jurisdição, não sendo suscetível de preclusão.</p> <p>(B) deverá ser argüida pela parte interessada, em petição fundamentada e devidamente instruída, na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos.</p> <p>(C) presume de forma absoluta a parcialidade do magistrado, não podendo este declará-la de ofício.</p> <p>(D) poderá, se não argüida tempestivamente, ser reconhecida após o trânsito em julgado da sentença por meio da ação rescisória.</p> <p>(E) diz respeito a fatos objetivos que impedem o magistrado de exercer sua função jurisdicional no processo.</p>
<p>46. Considerando a resposta do réu, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O princípio do ônus da impugnação especificada não incide sobre fatos que não admitem a confissão.</p> <p>(B) A presunção de veracidade que decorre da não impugnação especificada de um dos fatos contidos na inicial é <i>juris tantum</i>.</p> <p>(C) Pelo princípio da eventualidade, o réu deve alegar, na contestação, todas as defesas que tiver contra o pedido, ainda que incompatíveis entre si.</p> <p>(D) Após a contestação, o réu somente poderá deduzir novas alegações se relativas a direito superveniente.</p> <p>(E) A preclusão consumativa impede que a reconvenção seja apresentada em oportunidade diversa à da contestação.</p>	<p>49. A sentença que extingue o processo sem julgamento do mérito, transitada em julgado,</p> <p>(A) não poderá ser rescindida.</p> <p>(B) poderá ser rescindida quando violar literal disposição de lei.</p> <p>(C) quando resultar de colusão entre as partes a fim de fraudar a lei, poderá ser rescindida.</p> <p>(D) poderá ser objeto de ação rescisória se foi proferida por juiz absolutamente incompetente.</p> <p>(E) ao ser proferida por juiz relativamente incompetente, poderá ser objeto de ação rescisória.</p> <p>50. Em matéria de sentença e de coisa julgada, considere:</p> <p>I. A ausência de qualquer dos requisitos essenciais da sentença acarreta sua nulidade.</p> <p>II. Após publicação da sentença de mérito, o juiz só pode alterá-la se houver interposição do recurso de agravo de instrumento.</p> <p>III. Somente as sentenças de mérito são acobertadas pela autoridade da coisa julgada material.</p> <p>IV. As sentenças de extinção do processo sem julgamento do mérito são atingidas apenas pela coisa julgada formal.</p> <p>Nesses casos, está correto SOMENTE o que se contém em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) III e IV.</p> <p>(C) I, II e III.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>

<p>51. A ausência do intervalo para repouso e alimentação, não concedido pelo empregador, obriga a remuneração do período correspondente com um acréscimo de, no</p> <p>(A) mínimo, 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.</p> <p>(B) máximo, 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.</p> <p>(C) máximo, 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho acrescida de todos os adicionais.</p> <p>(D) mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.</p> <p>(E) mínimo, o dobro do valor da remuneração da hora normal de trabalho.</p>	<p>55. Não terá direito a férias o empregado que, no curso do período aquisitivo</p> <p>(A) faltar ao serviço mais de 14 (catorze) vezes, sem motivo justificado.</p> <p>(B) deixar de trabalhar, sem percepção do salário, por mais de 30 (trinta) dias em virtude de paralisação parcial ou total dos serviços da empresa.</p> <p>(C) permanecer em gozo de licença, sem percepção de salário, por mais de 30 (trinta) dias.</p> <p>(D) deixar o emprego e não for readmitido dentro dos 90 (noventa) dias subseqüentes à sua saída.</p> <p>(E) tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho ou de auxílio-doença por mais de 6 (seis) meses, embora descontínuos.</p>
<p>52. Considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a</p> <p>(A) 44 (quarenta e quatro) horas semanais.</p> <p>(B) 36 (trinta e seis) horas semanais.</p> <p>(C) 25 (vinte e cinco) horas semanais.</p> <p>(D) 3 (três) dias semanais.</p> <p>(E) 2 (dois) dias semanais.</p>	<p>56. As férias coletivas concedidas a todos os empregados de uma empresa ou de determinados estabelecimentos ou setores da empresa</p> <p>(A) poderão ser gozadas em dois períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a 15 (quinze) dias corridos.</p> <p>(B) poderão ser gozadas em dois períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias úteis.</p> <p>(C) poderão ser gozadas em dois períodos anuais, desde que nenhum deles seja inferior a 10 (dez) dias corridos.</p> <p>(D) poderão ser gozadas em dois períodos semestrais, desde que nenhum deles seja inferior a 5 (cinco) dias úteis.</p> <p>(E) não poderão ser gozadas de forma fracionada.</p>
<p>53. Durante as férias</p> <p>(A) o empregado poderá prestar serviços a outro empregador se comprovar dificuldades financeiras para manter a sua subsistência e de sua família.</p> <p>(B) apenas os empregados menores de 18 (dezoito) anos e maiores de 60 (sessenta) anos não poderão prestar serviços a outro empregador, salvo se estiverem obrigados a fazê-lo em virtude de contrato de trabalho regularmente mantido com aquele.</p> <p>(C) apenas o empregado maior de 60 (sessenta) anos não poderá prestar serviços a outro empregador.</p> <p>(D) apenas o empregado menor de 18 (dezoito) anos não poderá prestar serviços a outro empregador.</p> <p>(E) o empregado não poderá prestar serviços a outro empregador, salvo se estiver obrigado a fazê-lo em virtude de contrato de trabalho regularmente mantido com aquele.</p>	<p>57. O aviso prévio por parte do empregador é devido na rescisão do contrato</p> <p>(A) por prazo indeterminado, sem justo motivo.</p> <p>(B) por prazo indeterminado, com justo motivo.</p> <p>(C) por prazo indeterminado, com ou sem justo motivo.</p> <p>(D) por prazo determinado ou indeterminado, sem justo motivo.</p> <p>(E) antecipado, por prazo determinado, que não contiver cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão.</p>
<p>54. Sempre que uma ou mais empresas, tendo, embora, cada uma delas, personalidade jurídica própria, estiverem sob a direção, controle ou administração de outra constituindo grupo industrial, comercial ou de qualquer outra atividade econômica, para os efeitos da relação de emprego</p> <p>(A) serão subsidiariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.</p> <p>(B) serão solidariamente responsáveis a empresa principal e cada uma das subordinadas.</p> <p>(C) serão subsidiariamente responsáveis apenas com relação a empresa principal.</p> <p>(D) serão solidariamente responsáveis apenas com relação a empresa principal.</p> <p>(E) não serão responsáveis a empresa principal e nem as subordinadas.</p>	<p>58. A prescrição da ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho é de</p> <p>(A) até o limite de 2 (dois) anos após a extinção do contrato de trabalho apenas para os trabalhadores rurais.</p> <p>(B) até o limite de 5 (cinco) anos após a extinção do contrato de trabalho para os trabalhadores urbanos e rurais.</p> <p>(C) 2 (dois) anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de 5 (cinco) anos após a extinção do contrato de trabalho.</p> <p>(D) 5 (cinco) anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de 2 (dois) anos após a extinção do contrato de trabalho.</p> <p>(E) 5 (cinco) anos apenas para os trabalhadores urbanos; e, até o limite de 2 (dois) anos após a extinção do contrato de trabalho para os trabalhadores urbanos e rurais.</p>

<p>59. O contrato de trabalho poderá ser suspenso, para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional oferecido pelo empregador, por um período de</p> <p>(A) um ano. (B) seis meses. (C) três a seis meses. (D) dois a seis meses. (E) dois a cinco meses.</p>	<p>63. Ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo, exceto quando for parte a Administração Pública direta, autárquica e fundacional, os dissídios cujo valor não exceda a</p> <p>(A) 50 (cinquenta) vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação. (B) 50 (cinquenta) vezes o salário mínimo vigente na data do julgamento da reclamação. (C) 40 (quarenta) vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação. (D) 40 (quarenta) vezes o salário mínimo vigente na data do julgamento da reclamação. (E) 20 (vinte) vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação.</p>
<p>60. O pagamento das verbas rescisórias deverá ser efetuado até</p> <p>(A) 48 (quarenta e oito) horas após o término do contrato. (B) 7 (sete) dias, contados da data da demissão, quando dispensado o cumprimento do aviso prévio. (C) o primeiro dia útil, após a demissão, quando da ausência do aviso prévio. (D) o primeiro dia útil imediato ao término do contrato. (E) o décimo dia útil imediato ao término do contrato.</p>	<p>64. Assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) A reclamação verbal será distribuída e reduzida a termo, após 48 (quarenta e oito) horas. (B) A penhora poderá realizar-se em domingo ou dia feriado, mediante autorização expressa do juiz. (C) Os documentos juntos aos autos poderão ser desentranhados, independentemente de autorização do juiz. (D) Os autos dos processos da Justiça do Trabalho poderão sair dos cartórios ou secretarias, sempre que solicitados por advogado. (E) São isentos de selo somente requerimentos, atos e processos relativos à Justiça do Trabalho.</p>
<p>61. As convenções e os acordos deverão conter obrigatoriamente</p> <p>(A) prazo de vigência e normas para a conciliação das divergências surgidas entre os convenientes por motivos da aplicação de seus dispositivos. (B) condições ajustadas para reger as relações individuais de trabalho durante sua vigência e somente os deveres dos empregados e empregadores. (C) penalidades para os sindicatos convenientes, em caso de violação de seus dispositivos e comparecimento e votação, em assembléia geral, em segunda convocação de 2/3 dos associados ou interessados. (D) disposições sobre o processo de sua prorrogação e de revisão total ou parcial de seus dispositivos e comparecimento e votação, em assembléia geral, em primeira convocação de 1/3 dos associados ou interessados. (E) disposições sobre o processo de sua prorrogação, revisão, denúncia ou revogação dos dispositivos referentes as normas de segurança e medicina do trabalho e jornada de trabalho.</p>	<p>65. A nulidade não será pronunciada quando</p> <p>(A) for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato. (B) resultar manifesto prejuízo às partes litigantes. (C) for argüida por quem não lhe tiver dado causa. (D) resultar manifesto prejuízo às partes litigantes e for declarada "ex officio". (E) for argüida na primeira vez em a parte tiver que falar em audiência ou nos autos.</p>
<p>62. Não será reconhecido mais de um Sindicato representativo da mesma categoria econômica ou profissional, ou profissão liberal, em</p> <p>(A) um mesmo Estado. (B) uma mesma base territorial. (C) uma mesma região. (D) uma mesma empresa. (E) um mesmo grupo econômico.</p>	<p>66. Nos dissídios</p> <p>(A) individuais, os empregados deverão fazer-se representar por intermédio do sindicato da categoria. (B) individuais, os empregados e empregadores deverão fazer-se representar por intermédio de advogado. (C) individuais, os empregados e empregadores poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato ou advogado. (D) coletivos é obrigatória aos interessados a assistência por advogado. (E) coletivos é obrigatória aos interessados a assistência por advogado e sindicato.</p>

67. A reclamação trabalhista

- (A) proposta pela mulher casada depende de autorização de seu marido.
- (B) dos maiores de 16 (dezesesseis) anos e menores de 21 (vinte e um) anos poderá ser proposta pessoalmente sem a assistência de seus pais ou tutores.
- (C) dos maiores de 16 (dezesesseis) anos e menores de 18 (dezoito) anos poderá ser proposta pessoalmente sem assistência de seus pais ou tutores.
- (D) do menor de 18 (dezoito) anos será feita por seus representantes legais, e na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério público estadual ou curador nomeado em juízo.
- (E) do menor de 21 (vinte e um) anos será feita por seus representantes legais, e na falta destes, pela Procuradoria da Justiça do Trabalho, pelo sindicato, pelo Ministério público estadual ou curador nomeado em juízo.

68. O direito processual comum

- (A) é fonte autônoma do direito processual do trabalho, prevalecendo sobre suas normas em caso de dúvida.
- (B) é fonte subsidiária do direito processual do trabalho, nos casos omissos, exceto naquilo em que for incompatível com suas normas.
- (C) é fonte heterônoma do direito processual do trabalho, prevalecendo sempre sobre suas normas.
- (D) é fonte subsidiária do direito processual do trabalho, nos casos omissos, mesmo naquilo em que for incompatível com suas normas.
- (E) não pode ser aplicado como fonte subsidiária do direito processual do trabalho.

69. Quanto à realização das provas, é correto afirmar que

- (A) o depoimento das partes e testemunhas que não souberem falar a língua nacional podem ser tomados diretamente pelo juiz, independentemente de intérprete.
- (B) cada uma das partes não poderá indicar mais de 5 (cinco) testemunhas.
- (C) as testemunhas serão inquiridas diretamente pela parte.
- (D) a prova das alegações incumbe sempre ao reclamado.
- (E) a prova das alegações incumbe à parte que as fizer.

70. Das decisões trabalhistas são admissíveis os seguintes recursos:

- (A) embargos à execução, recurso ordinário e apelação.
- (B) embargos de terceiro, apelação e recurso especial.
- (C) embargos, apelação, recurso de revista e agravo.
- (D) embargos, recurso ordinário, recurso de revista e agravo.
- (E) embargos à execução, embargos de terceiro, apelação e recurso de revista.